

CLASSIFICAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE DOMICÍLIOS DA ÁREA URBANA DE UMA CIDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Danila Coelho Dos Santos¹

Suzane Mota Marques costa²

RESUMO

Este trabalho classificou o acesso à alimentação segundo classificação do nível de segurança ou insegurança alimentar e nutricional em domicílios da área urbana de uma cidade localizada no interior de Minas Gerais. Este estudo justifica-se pela relevância social de auxiliar na criação de políticas públicas que ofereçam o acesso a direitos básicos e que promovam justiça social. Para tal, tem como objetivo, determinar o grau da insegurança das famílias. Nesse intuito, utilizou-se um questionário semi-estruturado para a coleta dos dados socioeconômicos e demográficos, assim como o instrumento Escala Brasileira de insegurança alimentar e nutricional (EBIA). Trata-se de um estudo de natureza descritiva e de meio pesquisa de campo. Participaram 39 famílias e os resultados indicaram 66,66% dos domicílios com insegurança alimentar e 33,3% em situação de segurança alimentar. Além disso, na situação de insegurança alimentar 46,15% dos participantes tinha escolaridade apenas de nível fundamental. Já na situação de segurança alimentar maior parte das famílias 36,36% possuíam trabalho formal e 60% aposentadoria e/ou pensão.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Alimentação. Domicílios.

ABSTRACT

This study classified access to food according to the degree of food or nutritional security or insecurity in households in the urban area of a city located in the interior of Minas Gerais. This study is justified by the social relevance of assisting in the creation of public policies that offer access to basic rights and that promote social justice. To this end, it aims to determine the degree of insecurity of families. For this purpose, a semi-structured questionnaire was used to collect socioeconomic and demographic data, as well as the Brazilian Scale of Food and Nutritional Insecurity (EBIA) instrument. It is a study of a descriptive nature and half a field research. 39 families participated and the results indicated 66.66% of households with food insecurity and 33.3% in a situation of food security. In addition, in the situation of food insecurity 46.15% of the participants had only elementary schooling. In the situation of food security, most of the families 36.36% had formal work and 60% retirement and / or pension

Keywords: Food Insecurity. Food. Households.

¹ Graduanda em Nutrição na Faculdade Ciências da Vida. *E-mail:* danila.coelho@hotmail.com

² Doutora e mestre em fisiologia e farmacologia. Professora do Curso de Nutrição na Faculdade Ciências da Vida – FCV. *E-mail:* suzanenutricao@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) é definida como a condição na qual as famílias tem acesso a uma quantidade de alimentos que não satisfaz as suas necessidades básicas, impactando na qualidade da alimentação e na garantia de outros direitos como saúde, moradia, lazer e segurança. Os graus de insegurança alimentar variam entre leve, moderada ou grave, sendo determinado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (WITT; ETGES; LEPPER, 2018). A EBIA é um instrumento importante para verificar os níveis de segurança e insegurança alimentar auxiliando na aplicação e no direcionamento das ações corretivas em situações de insegurança alimentar (PEIXOTO *et al.*, 2014).

Nesse sentido, pesquisas para determinar a escala da Insegurança Alimentar e Nutricional já foram realizadas, por exemplo, no levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios (PNAD) no ano de 2013 em que foi encontrado 23% de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros sendo 15% leve, 5% moderada e 3% grave. (SANTOS *et al.*, 2018). Entretanto, até a data de realização desta pesquisa não é de conhecimento a realização de estudos para determinar a escala de insegurança alimentar especificamente da população residente na área urbana da cidade de Curvelo no interior de Minas Gerais.

Assim, o trabalho justifica-se por ser um futuro instrumento de relevância social para alertar a sociedade, e auxiliar de forma teórica e prática na criação de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos da população e que promovam igualdade social (PEIXOTO *et al.*, 2014; SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Em vista disso, tem-se a seguinte questão norteadora: qual a classificação do acesso a alimentação nos domicílios da área urbana de uma cidade do interior de Minas Gerais? Pressupõe-se que na cidade pesquisa será encontrado como resultados, maiores índices de insegurança alimentar do que de segurança alimentar. Os quais levam ao objetivo de identificar famílias em situação de IAN e determinar o grau em que se encontram. Além disso, buscou-se relacionar a IAN com variáveis socioeconômicas.

Nesse sentido, o estudo tratará da determinação da escala de insegurança alimentar da população da área urbana de uma cidade do interior de Minas Gerais. Sendo classificada como uma pesquisa descritiva, pois terá como propósito apresentar as características de uma determinada população a partir de uma coleta de dados de forma técnica e padronizada. (GIL, 2018). Para tal, o instrumento utilizado na coleta dos dados foi a EBIA que tem como finalidade medir a percepção e a experiência dos indivíduos sobre a disponibilidade de

alimentos por suas famílias. E também possibilita determinar os graus desde a segurança alimentar até casos extremos de fome pela insegurança grave, possibilitando detectar privações de quantidade e da qualidade no acesso aos alimentos. (ALMEIDA; JUNIOR, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INSEGURANÇAS ALIMENTAR

A insegurança alimentar é caracterizada pela sensação de incerteza e da preocupação com a alimentação. Ocorre também na presença da fome ou até mesmo em uma alimentação de baixa qualidade nutricional, não variada e insuficiente (SABÓIA; SANTOS, 2015). Segundo Almeida *et al.*, (2017), em relação a qualidade da dieta, normalmente ocorre o menor consumo de alimentos protéicos (carnes, ovos, leguminosas e os leites e derivados) e de frutas e verduras, além de poucas refeições durante o dia e grande consumo de açúcares.

Nesse cenário, Monteiro (2014) pontua que uma ingestão maior do que a necessária também indica IAN, já que resulta em um inadequado estado nutricional. A segurança alimentar moderada esta diretamente a relacionada com a obesidade ou sobrepeso, devido ao grande consumo de produtos alimentícios de preços acessíveis, porém, com elevada densidade calórica. Além disso, esses podem sofrer influência dos transtornos alimentares resultantes da ansiedade e da incerteza pela restrição alimentar involuntária e até mesmo devido a adaptações metabólicas por períodos de jejum constantes, que podem ter início até mesmo no período intra-uterino, em situação de desnutrição das mães (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Dessa forma, a insegurança alimentar gera inconformidade com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) pelo consumo de uma alimentação com déficit de nutrientes, alimentos industrializados que normalmente são ricos em sal, gordura e açúcar, como por exemplo: refrigerantes, biscoitos recheados e em geral. Esse tipo de situação pode ser reflexo da falta de acesso financeiro ao alimento ou falta de informação e pode resultar em comprometimento da saúde (COELHO; GUBERT, 2015).

Portanto, a privação do acesso a uma alimentação saudável é uma situação complexa e com muitos determinantes como a miséria e a injustiça social (SANTOS *et al.*, 2020). Almeida *et al.* (2017) afirma que vários fatores podem estar relacionados à existência da

insegurança alimentar como a renda familiar insuficiente, um grande número de filhos com famílias numerosas, o nível baixo de ensino e instrução, a ausência de saneamento básico, e residências no meio rural. Segundo Sabóia e Santos (2015), essa situação pode resultar em consequências para a saúde e nutrição dos indivíduos e populações, particularmente à infantil, podendo levar à mortalidade infantil, prejuízos ao desenvolvimento físico e mental, baixo peso ao nascer e mortalidade materna, interferindo até mesmo na construção da aprendizagem e desenvolvimento de crianças na escola (PANIGASSI *et al.*, 2008).

Nesse cenário, a insegurança alimentar gera a iniquidade caracterizada pela ausência de uma vida de qualidade, pela falta de uma alimentação saudável e do não acesso aos alimentos impossibilitando assim, ter uma vida saudável, estar nutrido e ser respeitado como cidadão (PANIGASSI *et al.*, 2008). Além disso, o estado de AIN compromete o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, habitação, vestuário, transporte e lazer (MONTEIRO *et al.*, 2014).

A classificação do acesso á alimentação se da através da Escala brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) ela foi adaptada da publicação original americana, no ano de 2003 pela Unicamp, sendo uma ferramenta utilizada no Brasil para monitoramento da insegurança alimentar (ALMEIDA; JUNIOR, 2017). Ela é fundamental na avaliação da insegurança alimentar pelos governantes, verificando os grupos mais vulneráveis e assim auxiliando no direcionamento de recursos públicos. Além disso, é uma ferramenta fundamental na avaliação e no monitoramento da efetividade das intervenções realizadas para solucionar situações de IAN previamente diagnosticadas (SPERANDIO; PRIORE, 2015).

A EBIA determina os graus de segurança alimentar, que variam da segurança até situações de fome pela insegurança grave, além de permitir identificar carências quantitativas e qualitativas de acesso aos alimentos. Adaptada e validada para a população brasileira essa metodologia já vem sendo utilizada em várias pesquisas importantes na classificação dos níveis de insegurança e segurança alimentar, por exemplo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD,2004, 2009) e Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS,2006), além dos Censos das Comunidades Quilombolas Tituladas com foco em Segurança Alimentar e Nutricional (MDS, 2012), o estado de segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional(FAO, 2014), entre outros inúmeros estudos acadêmicos (ALMEIDA; JUNIOR, 2017).

O questionário EBIA classifica as famílias em graus de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Na segurança alimentar, o consumo de alimentos é realizado de forma adequada e regular em quantidade e qualidade suficiente sem restrições no presente e sem preocupação com restrições em curto período futuro (ALMEIDA; JUNIOR, 2017). Já na insegurança alimentar leve se tem a sensação de incerteza e de preocupação em se adquirir alimentos em quantidade e qualidade satisfatória a curto prazo. Além disso, nos casos de insegurança alimentar moderada, o acesso a alimentação se dá pelo consumo de alimentos com *déficit* de nutrientes e em pouca quantidade, na tentativa de evitar a falta de alimentos em um futuro próximo. Por fim, em casos mais extremos tem-se a insegurança alimentar grave, com comprometimento e privação da quantidade de alimentos consumidos primeiramente apenas para os mais velhos e em casos extremos para as crianças. (ALMEIDA; JUNIOR, 2017).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) envolve toda a cadeia alimentar, desde a produção agrícola, a distribuição e o acesso dos alimentos, o poder de compra e da escolha dos alimentos dependendo dos fatores culturais (GUBERT, 2010). Nesse cenário, Gubert e Perez Escamilla (2018) alegam que a ampliação dos programas de transferência de renda e o avanço nas condições socioeconômicas ajudaram na diminuição da insegurança alimentar, mas apesar disso, 22,6 % dos brasileiros vivem em algum tipo de insegurança alimentar. Por isso são extremamente importantes investimentos mais estruturais e de longo prazo, como investimento na educação, saneamento básico e na saúde, para que as políticas públicas deixem de ser compensatórias e isoladas (SPERANDIO; PRIORE, 2015.)

2.3 MEDIDAS PÚBLICAS NO COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IAN)

É dever do Estado ofertar uma alimentação adequada aos cidadãos, através de políticas, programas e ações que colaborem para o desenvolvimento econômico e social, levando em conta também o acesso digno, a diversidade nutricional e cultural (GUIMARÃES *et al.*, 2018; NUNES *et al.*, 2018). Nesse contexto, apesar de haver uma vasta produção de alimento no Brasil, existe um grave problema de desigualdade de distribuição, sendo que os mais pobres não têm acesso à abundância existente (KEPLL; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A garantia ao direito humano à alimentação adequada e à SAN tem sido tema de discussão pelo Estado e pela sociedade civil. (MONTEIRO *et al.*, 2014). Essa preocupação iniciou-se no Brasil pelo sanitarista Josué de Castro na década de 1940 e gerou no governo a percepção da necessidade do combate à fome e à miséria (GUBERT, 2010). Nesse cenário, a SAN é um direito alcançado com a participação social e após o processo de redemocratização do Brasil, através do qual cresceu o interesse por assuntos como equidade e inclusão, principalmente nas populações nas quais não existiam os benefícios das políticas públicas. Com o processo de descentralização, ocorreu um aumento nas ações na gestão das políticas sociais nos municípios, como a merenda escolar e a assistência social (CAMPOS *et al.*, 2019).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece uma alimentação saudável através da oferta de alimentos regionais e da preservação de práticas tradicionais. Assim, houve um aumento do consumo de frutas e hortaliças regionais e na diversidade da dieta da população mais carente (COELHO; GUBERT, 2015).

Além disso, entre os anos de 2003-2006 teve destaque na política pública o projeto Fome Zero, além da criação do ministério extraordinário de segurança alimentar e combate fome MESA, com o objetivo de combater à fome e de garantir a SAN. Em seguida, este ministério passou por mudanças e uniu os programas de transferência de renda e então foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome MDS (CAMPOS *et al.*, 2019).

Por outro lado, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi recriado para o desenvolvimento de políticas, organização e envolvimento dos movimentos sociais. Juntos os programas vale gás, bolsa escola e bolsa alimentação se fundiram e se transformaram no Bolsa Família. A lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. (CAMPOS, 2019). Mesmo com todas essas ações do governo no combate à fome, muito ainda precisa ser feito, para que se consiga reduzir a quantidade de famílias em situação de insegurança alimentar. Para essas pessoas, foi ceifado um direito básico previsto em lei, que é o de uma alimentação adequada.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo para identificar o nível de IAN através da escala de insegurança alimentar e nutricional da população de uma cidade no interior de Minas Gerais.

Os critérios de inclusão para os participantes foram: ser morador da cidade em que o estudo foi realizado, ter maioridade, ser alfabetizado e preferencialmente ser o responsável pelo seu grupo familiar. Foram excluídos os que não demonstraram interesse em participar da pesquisa e os não alfabetizados. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa de campo com verificação pela coleta de dados com as pessoas da comunidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Além disso, apresenta natureza descritiva, descrevendo as características da realidade da população. Buscou-se fazer um levantamento dos dados demográficos e através de tal incidência se verificar as necessidades da área (ARAGÃO, 2011), que neste caso, foi descobrir qual a prevalência da IAN.

A pesquisa foi realizada após a aprovação pelo comitê de Ética e assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, no qual os interessados em participar da pesquisa foram informados da sua importância e de como ela funciona. Além disso, foi informado a eles que os dados coletados seriam usados exclusivamente para esta finalidade e que são confidenciais.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semi-estruturado para obtenção dos dados socioeconômicos e demográficos. As variáveis analisadas foram: sexo, idade, raça/cor auto declarados, total de anos de estudo, além de número de moradores do domicílio, presença ou não de adolescentes e menores de 18 anos no domicílio, condição do domicílio (próprio, alugado, financiado, cedido/emprestado), situação de trabalho e renda total da família. Em seguida, foi aplicada a EBIA para avaliação de insegurança alimentar dos domicílios.

Que é composta por 15 perguntas que podem ser respondidas como sim ou não, tendo como assunto principal a relação das condições econômicas com a alimentação nos últimos três meses (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). A classificação é dividida em domicílios com ou sem menores de 18 anos (WITT; ETGES; LEPPER, 2018). No caso de todas as respostas serem negativas se tem um estado de segurança alimentar. Para cada questão respondida positivamente soma-se um ponto. Por fim se tem a soma de todas as questões respondidas como positivas que podem variar de zero a quinze pontos (PEIXOTO *et al.*, 2014).

Através dela, classifica-se uma situação de segurança alimentar quando se atinge zero ponto. Na situação de insegurança alimentar leve, a soma final é de um a cinco pontos para residências que possuem indivíduos menores de dezoito anos ou um a três pontos na ausência de moradores com menos de dezoito anos. Para insegurança alimentar moderada, o

escore vai de seis a dez pontos na presença de moradores com menos de dezoito anos ou quatro a seis pontos na ausência de moradores com menos de dezoito anos. Por fim, a classificação será de insegurança alimentar grave quando se atingir onze a quinze pontos na presença de moradores com menos de dezoito anos ou sete a oito pontos na ausência de moradores com menos de dezoito anos (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

Estes questionários foram elaborados e armazenados pelo aplicativo *Google forms* através do link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfYf3lyjgn86RWpg6-hiIn9b9i35XMUQDgvYa3ic9SLRskA4Q/viewform?usp=sf_link e foram aplicados no mês de outubro de 2020. Os dados foram coletados com a utilização do aplicativo *WhatsApp*, em que foi enviado de forma aleatória, aos moradores de uma cidade de Curvelo no interior de Minas Gerais. Em seguida, os dados foram digitados no programa Microsoft Excel® 2007 que foram transformados e analisados na forma de gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a maioria dos participantes era do sexo feminino, 92,3% (n=36), com apenas 7,7% (n=3) do sexo masculino. Além disso, observou-se que a faixa etária predominante foi a de trinta e quatro a quarenta e um anos 30,8% (n=12) e que a maior parte da amostra se considerou pardo 71,8% (n=28). Por outro lado, no que diz respeito à escolaridade, a maioria, dos indivíduos, 46,15% (n=18), possui o nível médio completo. Ademais, a maioria das residências 56,4% (n=22) possuía entre três e quatro moradores. Coincidentemente, a mesma porcentagem foi encontrada de pessoas que estavam trabalhando regularmente e com carteira assinada. No entanto, no que se refere à renda, a maioria dos participantes, 34,2 % (n=13), responderam receber um salário mínimo. Além disso, 63,2% (n=24) dos domicílios possuíam menores de dezoito, 52,6% (n=20) da amostra possuíam moradia própria e quitada (TABELA 1).

TABELA 1. Caracterização com os dados socioeconômicos dos domicílios.

Variáveis	n=39	%
Sexo		
Feminino	36	92,3
Masculino	3	7,7
Idade		
18 anos à 25 anos	3	7,7

26 anos a 33 anos	4	10,3
34 anos a 41 anos	12	30,8
42 anos a 49 anos	9	23,1
50 anos a 57 anos	8	20,5
58 anos a 65 anos	2	5,1
Acima de 65 anos	1	2,6
Cor/ raça		
Branco	3	7,7
Negro	6	15,4
Pardo	28	71,8
Mulato	2	5,1
Escolaridade		
Ensino fundamental	15	38,46
Ensino Médio	18	46,15
Ensino Superior	6	15,38
Nº moradores		
De ½	8	20,51
De ¾	22	56,41
De 5/6	5	12,82
De 7/8	4	10,25
<de 18 anos		
Sim	24	61,53
Não	15	38,46
Moradia		
Própria e quitada	21	53,6
Alugada	5	12,8
Financiada	5	12,8
Cedida ou emprestada	8	21,1
Renda		
<de um salário	3	7,69
um salário	14	35,89
Mais de um salário	9	23,07
Dois salários	8	20,51
Mais de 2 salários	5	12,82
Situação de trabalho		
Regular/informal	22	56,41
Regular/informal	4	10,25
Inregular/informal	1	2,56
Aposentadoria/pensão	5	12,82
Desempregado(a)	7	17,94

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados identificaram que 66,66% (n=26) dos domicílios apresentaram insegurança alimentar. Em pesquisa igualmente realizada com famílias residentes na área

urbana do estado de Tocantins, foram encontrados resultados semelhantes, em que 63,4% dos entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar (SCHOOT *et al.*, 2020). Outros estudos encontraram valores superiores de insegurança alimentar, como em um estudo realizado com 395 famílias de populações pobres do município de Diamantina, Minas Gerais, no qual 93,2% se classificavam em estado de insegurança alimentar (SANTOS *et al.*, 2020). Assim como demonstrado por Brito *et al.* (2020) em um estudo realizado em uma comunidade carente em que foi encontrado que, em 94% (n=141) dos domicílios participantes manifestaram alguma forma de insegurança alimentar e nutricional. Esta diferença encontrada nos resultados pode ser atribuída à população alvo deste trabalho não ter um perfil tão carente socioeconômica como nos dois últimos estudos comparados.

Todavia ao se comparar os dados encontrados por Brito *et al.* (2020) referentes à insegurança leve é possível encontrar semelhanças, já que nos dois trabalhos foi detectado a insegurança alimentar leve sendo a mais frequente, em que encontramos 35,89% (n=14) da população deste estudo em estado em estado de IAN leve e 35,3% dos moradores de uma comunidade carente pesquisada por Brito *et al.* (2020) também em situação de IAN leve. No entanto, também é preocupante o fato de 20,51% da amostra apresentar insegurança moderada e 10,25% insegurança grave, o que demonstra uma alimentação precária e insuficiente. (GRÁFICO 1).

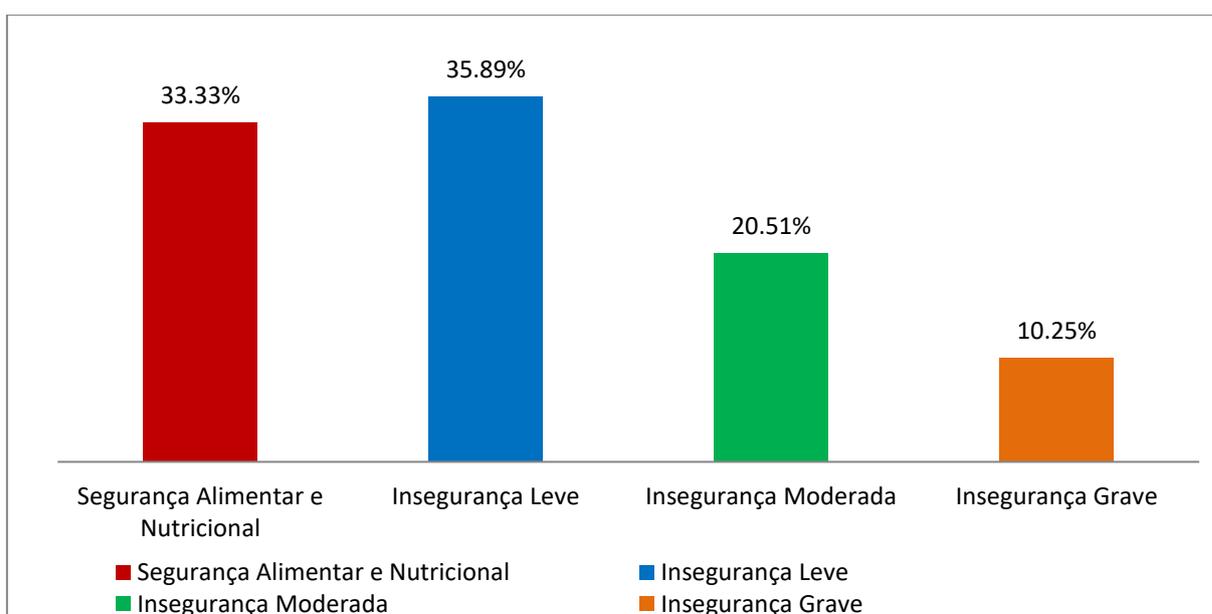


GRÁFICO 1: Situação de (in)segurança alimentar e nutricional de moradores da zona urbana de uma cidade do interior de Minas Gerais, 2020.

Fonte: Dados da pesquisa

Este trabalho mostrou que a escolaridade do chefe da família pode interferir na situação de segurança alimentar já que se comparamos os percentuais de insegurança alimentar dos participantes com ensino fundamental e ensino médio, observou-se que mais anos de estudo refletiu menor percentual de insegurança. No entanto, quando comparamos o ensino médio com o superior, a resposta foi contrária, com maior percentual de insegurança entre os participantes com ensino superior (GRÁFICO 2).

Os resultados deste trabalho contrariam outros achados, em que quanto menos anos de estudo do chefe da família, maior o percentual de insegurança alimentar, visto que isso normalmente se reflete em menor remuneração e estabilidade financeira (SALLES-COSTA *et al.*, 2008). Uma possível explicação para esse fato é que na amostra analisada nesse estudo haviam poucos participantes com ensino superior, o que pode ter refletido numa resposta não fidedigna do todo.

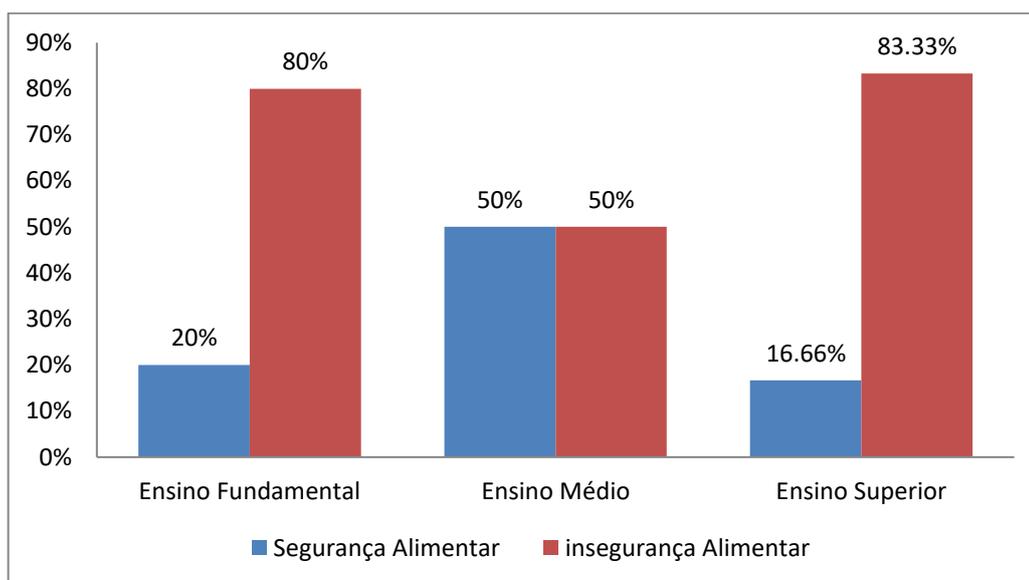


GRÁFICO 2: Percentual de insegurança alimentar em relação a escolaridade do chefe da família

Fonte: Dados da pesquisa.

Na situação de insegurança alimentar a maior parte das famílias 38,46% tem renda de um salário mínimo. Em seu estudo Prevalência e fatores associados á insegurança Alimentar Oliveira, 2017 constatou que a IA esteve relacionada com a renda (da pessoa de referência da família e familiar total) em que foi detectado cerca de 50% da IA presente em lares com renda total menor que um salário mínimo. (GRÁFICO 3).

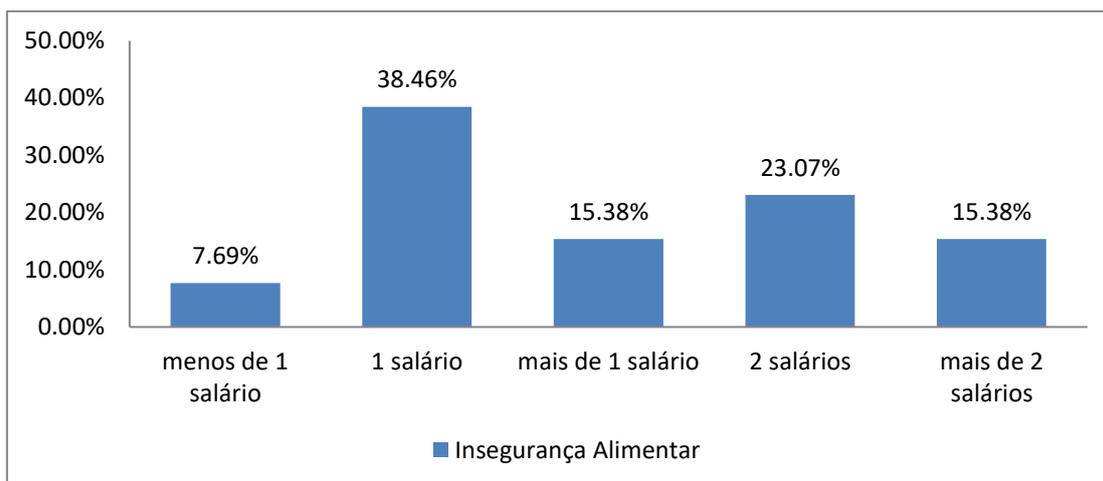


Gráfico 3. Relação da renda total das famílias com a insegurança alimentar.
Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, analisando a relação de trabalho com a classificação de segurança e insegurança alimentar, fica claro o maior percentual de indivíduos em estado de segurança alimentar nas famílias com uma renda fixa como no caso dos que trabalham formalmente (carteira assinada) (36,36%) e os com aposentadoria e/ou pensão (60%). É importante destacar que 100% dos indivíduos analisados que possuem trabalho informal encontravam-se em estado de insegurança alimentar grave, mostrando que a instabilidade do trabalho reflete nos padrões de alimentação da família (GRÁFICO 4).

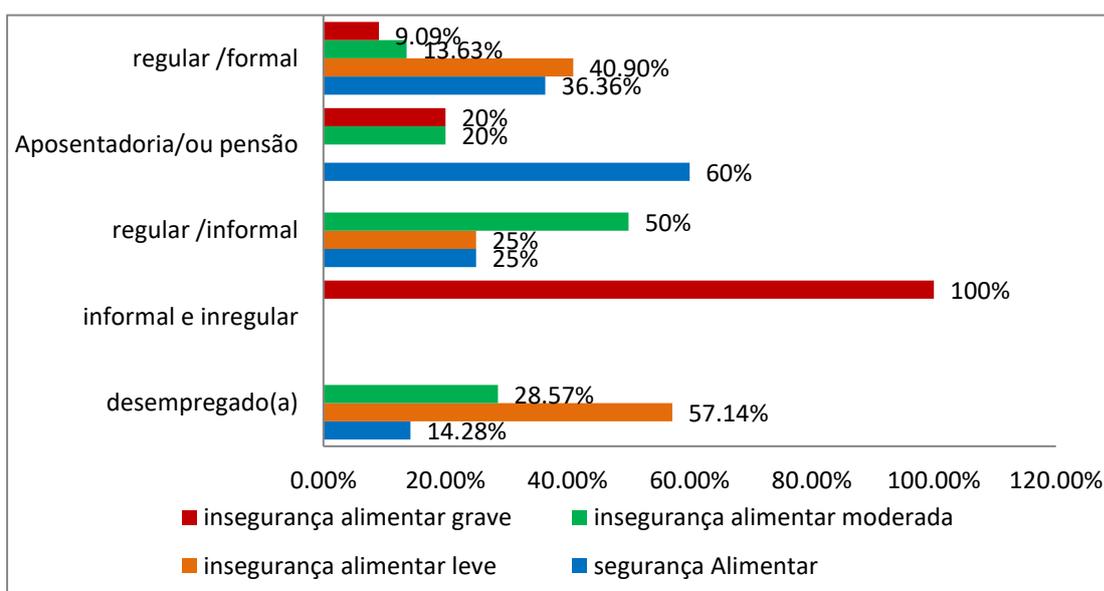


Gráfico 4. Relação do estado de (in)segurança Alimentar com a situação de trabalho do chefe da família.
Fonte: Dados da pesquisa.

Outros trabalhos já mostraram que famílias com uma renda fixa possuem risco menor de insegurança alimentar. Nesse sentido, quando a renda é obtida do trabalho informal, cria-se uma situação de instabilidade, na qual não se tem a certeza de ter dinheiro suficiente para manter uma alimentação adequada e de maneira constante (ANSCHAU, 2008). Além disso, quanto menor a renda, mais ela será comprometida com outros gastos, que não a alimentação (IBASE, 2008).

Em relação a presença de moradores menores de dezoito anos de idade as famílias que possuíam crianças apresentaram 75% (n=18) de insegurança alimentar .(TABELA 2)

Tabela 2. Relação do estado de (in)segurança Alimentar com a presença de moradores menores de dezoito anos de idade.

Estado	Com < de 18 anos	Sem < de 18 anos
Segurança Alimentar	25%	40%
Insegurança Alimentar	75%	60%

Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, a análise dos resultados encontrados revelou que os domicílios possuem no mínimo um morador e no máximo oito moradores. Destes, na maior parte (56,41%) residem de três a quatro indivíduos. Nesse sentido, podemos observar que quanto maior o número de moradores na residência, maior o índice de insegurança alimentar. O trabalho de Anschau (2012) corrobora com os nossos achados, mostrando que o número de moradores no domicílio pode interferir na estabilidade alimentar. Segundo ele, as famílias maiores necessitam de maior renda para a compra de alimentos, o que favorece a insegurança, além disso, o PNAD (2009), já evidenciou que quanto menor a renda *per capita*, maior o risco de insegurança alimentar (GRÁFICO 5).

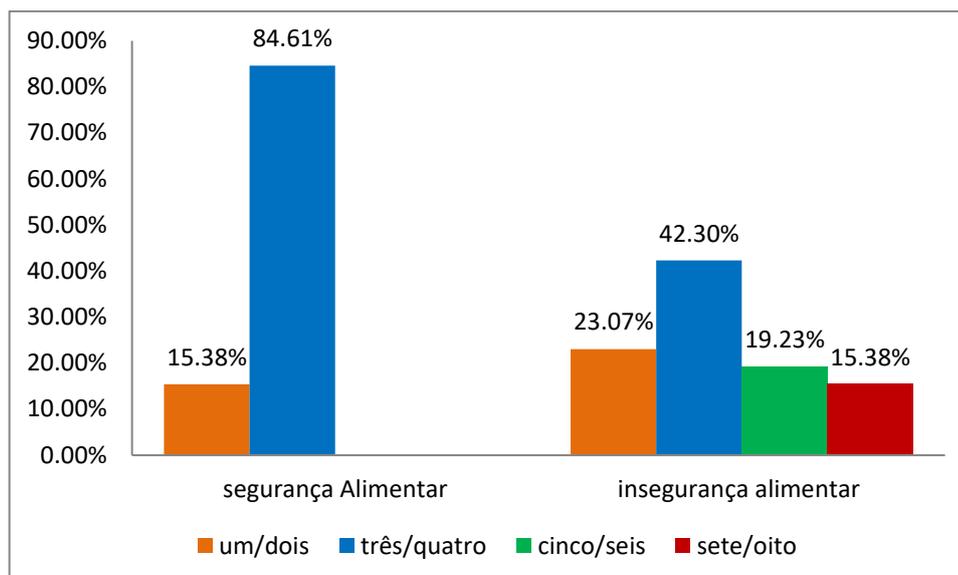


GRÁFICO 5: Percentual de insegurança alimentar relacionada com o número de moradores no domicílio.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança alimentar consiste em um fenômeno complexo e multicausal. Nesse contexto, vários fatores podem afetar a estabilidade alimentar da população, entre eles questões econômicas, psicossociais, políticas e até mesmo culturais. Este trabalho se limitou a avaliar questões econômicas e sociais envolvidas. Nesse cenário, os achados demonstraram que fatores como a condição econômica, nível de estudo do responsável pela família, a sua situação de trabalho e o número de indivíduos que formam o grupo familiar influenciam o grau de insegurança alimentar. Além disso, o trabalho foi capaz de detectar alto índice de insegurança alimentar nos domicílios, em seus vários graus e formas. Desta forma, o trabalho se torna relevante na medida em que foi capaz de detectar uma população em vulnerabilidade social, no qual foi ceifada um direito básico, que é a alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Deste modo, evidencia-se urgência de intervenção dos governamentais por meio de ações e legislações que garantam acesso socioeconômico justo e igualitário a todos cidadãos e, assim melhorar a circunstância de insegurança alimentar e nutricional existente na comunidade. Para futuros trabalhos, sugere-se a avaliação de parâmetros políticos e culturais, de forma a entender melhor o cenário local.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Classificação do acesso a alimentação através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em nutricional em domicílios de uma cidade do interior de Minas Gerais.

Estudante responsável: Danila Coelho dos Santos

Orientadora: Suzane Mota Marques

Telefone do pesquisador para contato e endereço de e-mail: Danila - (31) 9 9355-0540 (danila.coelho@hotmail.com);

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a) de um projeto de pesquisa denominado “Classificação do acesso à alimentação através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em nutricional em domicílios de uma cidade do interior de Minas Gerais”, que tem por objetivos identificar famílias em situação de insegurança alimentar e Nutricional e determinar o grau em que se encontram. Além alertar a sociedade sobre o problema de insegurança alimentar e nutricional, e a partir disso criar um futuro instrumento de relevância social para alertara sociedade sobre o problema da insegurança alimentar, servindo de embasamento teórico e prático para auxiliar a criação de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos da população e promovam igualdade social. Sua participação é fundamental para este tipo de investigação. Para isto, será necessário que responda às seguintes questões deforma mais próxima à sua realidade. As informações coletadas são sigilosas e serão utilizadas para elaboração deste estudo. Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. As responsáveis pela pesquisa estarão à disposição através de contato via e-mail e telefone (disponibilizados no início). Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela estudante responsável. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde). Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas e apresentados em encontros científicos, entretanto eles mostrarão

apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar nomes dos participantes, instituições à qual pertencem ou qualquer informação privada. Diante do que foi exposto, solicito que você aceite participar da pesquisa “Classificação do acesso à alimentação através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em nutricional em domicílios de uma cidade do interior de Minas Gerais”.

Curvelo, outubro de 2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A; SANTOS, A. S; NASCIMENTO, M. A. O; OLIVEIRA; J. V. C; DA SILVA, D. G; MENDES-NETTO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência e saúde coletiva**. Aracaju, v. 22, n.2, p.479-488, 2017. DOI: 10.1590/141381232017222.27102015.

ALMEIDA, R. R. F. A; JUNIOR, V. S. C. A Presença da (in) Segurança Alimentar entre os Beneficiários do Bolsa Família da Região Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**. Rio Grande do Norte, v. 7, n. 6, p. 01-13, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v7i6.346>.

ANSCHAU, F.R.; MATSHUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*, v.25, n.2, p.177-189, 2012.

ARAGÃO, J. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. **Revista Praxis**. Volta Redonda, v.3 n.6 p. ago, 2011. DOI: <https://doi.org/10.25119/praxis-3-6-566>.

BRITO, A. P; LIMA, V.N; DA SILVA, E.G.C.M; RÊGO, A.S; DIAS, L.P.P; SILVA, D.J; CARVALHO, W.R.C; BARBOSA, J.M.A. Fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidade carente. **Revista Brasileira em promoção da Saúde.Fortaleza**, v.33, mai. 2020. DOI: 10.5020/18061230.2020.10415.

CAMPOS, M. M.; ROCHA, D. F.; FALÇONI, S. F.S;PACHECO, L. D.; DE ALMEIDA, T. C; RANGEL, C. S.; PEGORARO, M. A. S.; ABREU, I. S.; SIQUEIRA, M.H.; DE BARROS, B. L. J. R. Políticas Públicas de segurança alimentar e nutricional em âmbito local: discussões e resultados de um projeto de extensão em Campos dos Goytacazes (RJ). **Revista Conexão UEPG**. Paraná, v. 16, p.1-18, 2020. DOI:<https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.13588.006>.

COELHO, S. E. A. C; GUBERT, M. B. Insegurança alimentar e sua associação com consumo de alimentos regionais brasileiro. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.28, n.5, p. 555-567, set. /out. 2015 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000500010>.

DA SILVA, E. K.P; MEDEIROS, D.S; MARTINS, P. C; SOUSA, L.A; LIMA, G.P; RÊGO, M. A. S; DA SILVA, O. T; FREIRE A.S; SILVA, F. M. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cadernos de Saúde Pública**.v.33, n°4, jun2017.doi: 10.1590/0102-311X00005716 18 .

DOS SANTOS, E. E. S; DE OLIVEIRA, M; BERNARDINO, I. M; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias da Estratégia Saúde da Família em dois municípios paraibanos, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.25, n.5, mai 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020255.33412019.

DOS SANTOS, T. G; DA SILVEIRA, J. A.C; LONGO-SILVA, G; RAMIRES, E. K. N. M; DE MENEZES, R. C. E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.34, n.4, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00066917.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008. 220 p.

GUBERT, M. B; PEREZ-ESCAMILLA, R. Insegurança alimentar grave municipal no Brasil em 2013. **Ciência e Saúde Coletiva**. Brasília, v.23, n.10, p.3433-3444, out 2018. DOI: 10.1590/1413-812320182310.26512016.

GUBERT, M. B; BENÍCIO, M. H. D; DOS SANTOS; L. M. P. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.26, n.8. aug 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000800013>.

GUIMARÃES, C. M; PASQUALETTO. Segurança Alimentar no Brasil entre 2004 e 2013. **Enciclopédia biosfera**, centro científico conhecer. Goiânia, v.15 n.27, p. 8 2 9, 2018.DOI: 10.18677/EnciBio_2018A76. 1.

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA,A.M.Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.187-199, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>.

IBASE (2008): Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: Ibase; 2008.

MARÍN-LEÓN, L; SEGAL-CORRÊA, A. M; PANIGASSI, G; MRANHA, L.K; SAMPAIO, M. F.A; PÉREZ-ESCAMILLA, R. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.21, n. 5, set./out. 2005.

MONTEIRO, F; SCHMIDT, S. T; DA COSTA, I. B; ALMEIDA, C. C. B; MATUDA, N. S. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Ciência e Saúde Coletiva**. Curitiba, vol.19, n.5, p.1347-1358, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014195.21462013.

NUNES, D. H; LEHFELD, L. S. A segurança alimentar nas relações de consumo: políticas públicas para a concretização do direito fundamental social á alimentação. **Revista em tempo**. Marília - v. 17 – 2018

OLIVEIRA, D.S; DEMÉTRIO, F; SOARES, M. D; HENRIQUE, F. C.S; SANTOS, L. A. Prevalência e Fatores Associados á Insegurança Alimentar. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v. 41, n. 3, p. 561-579, jul./set. 2017. DOI: 10.22278/2318-2660.2017.v41.n3.a2380.

PANIGASSI, G; SEGALL-CORRÊA, A. M; MARIN-LEÓN, L; PÉREZ-ESCAMILLA, R; SAMPAIO, M. F. A; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.24, n10, p. 2376-2384, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001000018>.

PEIXOTO, M. R. G; RAMOS, K; MARTINS, K. A; SCHINCAGLIA, R. M; BRAUDES-SILVA, L. A. Insegurança alimentar na área de abrangência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Itumbiara, Goiás. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v.23, n.2, p.327-336, abr./jun.2014. DOI: 10.5123/S1679-49742014000200014.

PEREIRA, G; ORTIGÃO, M. I. R. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Revista Periferia**. Duque de Caxias, v. 8, n. 1, p. 66-79, jan./jun. 2016. DOI: 10.12957/periferia.2016.27341.

PNAD (2009): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Segurança Alimentar de Domicílios**. Segurança Alimentar 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009

SABÓIA, R. C. B; SANTOS, M.M. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v.24, n.4, p.749-758, out./dez. 2015. DOI: 10.5123/S1679-49742015000400017.

SANTOS, K. K.D; MANDACARU, S. M.P; MATTA, R.A; MURTA, N. M.G; FREITAS, R.F; LESSA, A. C. Fatores associados à insegurança alimentar em populações pobres do município de Diamantina-MG. **Revista Espacios**. v.38, n.12, 2017.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R.A.; VASCONCELLOS, M.T.L.; VEIGA, G.V.; MARINS, V.M.R.; JARDIM, B.C.; GOMES, F.S. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v.21, p. supl.99s-109s, 2008.

SCHOTT, E; REZENDE, F. A. C; PRIORE, S.E; RIBEIRO, A.Q; FRANCESCHINI, S. C. C. Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**.v23, set 2020.DOI: 10.1590/1980-549720200096

SEGALL-CORRÊA, A. M; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.16, n. 2, p. 1-19, 2009.DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v16i2.8634782>.

SPERANDIO, N; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v.24, n.4, p.739-748 DOI: 10.5123/S1679-49742015000400016.

WITT, F; ETGES, B. I; LEPPER, L. Insegurança Alimentar em Famílias do Programa Bolsa Família. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 25, n. 2, p. 85-93, maio./ago. 2018. DOI: 10.20396/san.v25i2.8649841.